



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº

78580/24

EXERCÍCIO: 2025

SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Conceição

DATA DE ENTRADA: 03/07/2024

ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2025.

INTERESSADOS: Samuel Soares Lavor de Lacerda

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

**GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 784/2024**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 18/06/2024, e ele SANCIÓNNA e PROMULGA a seguinte lei.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2025, e comprehende:

- a) as prioridades da administração pública municipal;
- b) a estrutura e organização do orçamento anual;
- c) as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária anual do Município de CONCEIÇÃO e suas alterações para o exercício e 2025;
- d) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- e) as disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- f) as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- g) critérios para a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- h) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- j) outras disposições gerais.

**CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I. Poder Legislativo

- a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Poder Executivo

- a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:
 - a.1. Educação - oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:
 - a.1.1 estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia

do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais.com melhoria do ensino;

a.1.2 de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;

a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.2. Saúde e saneamento- com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

a.3. Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na Lei Orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família.

a.4. Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

a.5. Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação, criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada, como forma de fomentar a economia local.

a.6. Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades históricoculturais e artísticas.

b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

b.1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

b.3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c.1. Do desenvolvimento da agropecuária;

c.2. Da indústria, com ênfase às pequenas e microempresas;

c.3. Do desenvolvimento da produção mineral.

d. Ações administrativas que objetivem:

d.1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

d.2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I NA ÁREA SOCIAL

a. Na educação e cultura:

a.1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

a.2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em

- 100%;
- a.3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
 - a.4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;
 - a.5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de escola e de esporte e lazer;
 - a.6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
 - a.7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
 - a.8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
 - a.9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
 - a.10. Apoio à atividades e extensão universitária;
 - a.11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a)padroeiro (a).
 - a.12. Desenvolvimento das atividades do esporte amador;
 - a.13. Manter as atividades de apoio e valorização do magistério, progressão de cargos, carreiras e remuneração e outras despesas.

b. Da saúde pública

- b.1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
- b. 2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- b. 3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- b. 4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- b. 5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- b. 6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família;
- b.7. Manutenção e construção de UBS.

c. De habitação e saneamento básico

- c. 1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- c. 2. Construção e melhoria de casas populares.

d. De assistência social

- d.1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- d.2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
- d.3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- d.4. Estimular programas de assistência comunitária;
- d.5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- d.6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
- d.7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- d.8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. Agropecuária

- a.1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
- a.2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- a.3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- a.4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- a.5. Combate à seca e à pobreza rural;
- a.6. Implantação e manutenção do sistema de inspeção municipal.

b. Indústria, comércio e turismo

b.1. Apoio às pequenas e microempresas do município, como forma de fomento à geração de emprego e renda.

III. Na área de infraestrutura

a. Recursos hídricos

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;
- b. Transportes;
1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.

c. Energia

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
2. Manutenção da eletrificação urbana e rural.

d. Serviços urbanos

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
 2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
 3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
 4. Arborização da cidade;
- Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2025.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II. Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III. Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas;

§ 1º - A mensagem que encaminhar ao Projeto de Lei Orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital.

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I. DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2025 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de junho de 2025;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, **até 30 de junho do corrente** ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2025;
- III. A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, **até 31 de julho do corrente exercício**, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2025, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, **31 de outubro de 2021**;
- V. A Câmara Municipal deverá devolver para sansão do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, **até 15 de dezembro de 2021**;
- VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até **31 de dezembro do corrente ano**;
- VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
 - a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
 - b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida;
- VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;
- IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2025, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;
- X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

- a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da Lei Orçamentária;
- b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c. Cobrir frustação de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2025.

Art. 8º - O projeto da Lei Orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I. Texto da lei;
 - II. Quadros orçamentário consolidado;
 - III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
 - IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.
- Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2025, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais.

Art. 12º - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2025, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2025, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei do Orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos

na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61º de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2025 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

§ 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;

II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;

IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 15 e 16 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitarem-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais recebêramos recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

Art. 22º-As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2025, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2025 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2025, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2025, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art.71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de junho de 2025, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no§ 1º deste artigo.

TÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa do receitado projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2025.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

- I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
- II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da Lei Orçamentária.

§ 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º - A inclusão, na Lei Orçamentária de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 28º - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 29º - para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 30º - As dotações correspondentes as Despesas de Exercícios Anteriores, serão consignadas em todas as Unidades Orçamentárias dentro dos seus próprios programas de trabalho.

Art. 31º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2025.

Art. 32º - Ocorrendo frustação das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual delimitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

I. o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
 II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III. o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos delimitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 33º - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 34º - É vedado consignar no orçamento municipal para 2025 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 35º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 36º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido nesta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação.

Art. 37º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 38º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2025, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
 Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
 Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
 Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
 Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 39º -O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 100,,2025.

Art. 40º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 41º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2024.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA
Prefeito Constitucional
Publicado por: Luanna Francis Lopes Fonseca Código Identificador: 3732578A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba no dia 21/06/2024. Edição 3642
 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/famup/>



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025**

ANEXOS

METAS E RISCOS FISCAIS



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025**

**Anexo de Riscos Fiscais
Riscos Fiscais**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

O segundo tipo de risco refere-se aos passivos contingentes, especialmente aqueles decorrentes de ações judiciais.

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possível ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2025, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Ou ainda em caso o desequilíbrio fiscal se concretize, o Executivo poderá lançar mão da reserva de contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 50 da Lei Complementar 101/2000 ou ainda, caso não seja suficiente e se prolongue por mais tempo, o Executivo deverá reformular o Anexo de Metas Fiscais, limitando a emissão de empenho na forma estabelecida na presente lei.



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025
Anexo de Riscos Fiscais
Riscos Fiscais**



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025
Anexo de Metas Fiscais
Memória e Metodologia de Cálculo da Receita**

COMENTÁRIO: A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários, e também se alteram ao longo do tempo. Muitos deles sequer possuem maneiras de serem diretamente mensurados, especialmente no caso do Município de Conceição, bastante carente em estatísticas.

Desta forma, qualquer exercício de previsão de valores futuros de séries temporais deve ser em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores previstos não devem ser interpretados como previsões completamente precisas acerca do futuro, mas sim um número em torno do qual se pode estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

RECEITA FISCAL: Foi apurada para 2025 conforme metodologia descrita abaixo.

a) impostos:

O cálculo dos impostos foi implementado aplicando a média de crescimento das receitas realizadas entre 2022 a 2024, baseado no artigo 30 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

b) Transferências correntes (FUNDEB):

O valor da cota-parte do fundo de participação/FUNDEB/estado é o valor previsto pelo Tesouro Nacional.

c) Demais contas

Foram todas atualizadas pelo IPCA para 2025 de 3,92%.

RESULTADO PRIMÁRIO: Diferença entre o total de receita e o total de despesa, excluídas, para ambos os totais, as parcelas relacionadas à dívida, empréstimos, remuneração de ativo disponível, participações e privatizações.

RESULTADO NOMINAL: Resultado primário – Juros e encargos da dívida.

PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL: Para 2025 e 2028 foram incorporados os valores do IPCA projetados para os respectivos anos, para as metas em valores correntes e para as metas em valores constantes.

Projeção para o período de 2025 a 2028 (IPCA) conforme Metas de Inflação oficiais do Governo Federal.

2025 – 3,92%
2026 – 3,52%
2027 – 3,50%
2028 – 3,50%



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025**

Anexos de Metas Fiscais

I – LRF, art. 4º, § 1º: “Integrará a lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

II – LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I “avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior”.

III - LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II – “demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional”.

IV - LRF, Art. 4o, § 2o, inciso III – “evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos”.

V - LRF, Art. 4o, § 2º, inciso IV – “avaliação da situação financeira e atuarial”:

VI – Art. 4o, § 2º, inciso V – “demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado”.



Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025
Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A estimativa de **margem de expansão** das **despesas** obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O aumento permanente de receita é entendido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (parágrafo § 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A estimativa da **margem de expansão** para o exercício de 2025 foi feita com base somente na receita administrada pela Secretaria Municipal de Finanças, tendo em vista o elevado grau de vinculações das demais receitas orçamentárias, o que inviabiliza a sua utilização para o aumento das **despesas** obrigatórias de caráter continuado.

Como estimativa do aumento de receita, foram acrescentados os impactos das variações de receitas decorrentes de alteração na legislação tributária:

- Previsão de aumento do FPM;
- Modernização da máquina arrecadadora através da atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, bem como da revisão dos créditos para cobrança de taxas municipais para adequação ao custo real de serviços que constituem os respectivos fatos geradores.

Contabilizou-se também o aumento das **despesas** permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2025. Tal aumento será provocado pelos seguintes fatores: implementação das reestruturações de carreiras já autorizadas ou em fase de autorização, no âmbito do Poder Municipal; provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados ou em fase de autorização; crescimento vegetativo da folha de pagamentos de servidores ativos e inativos decorrentes do aumento do salário mínimo e revisão geral.



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2025

R\$ 1,00

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	92.354.955,00	88.871.203,81	145,670	116,72	95.605.850,29	88.869.539,22	150,798	116,72	98.952.053,20	88.873.767,92	156,076	116,72
Receitas Primárias (I)	91.901.401,00	88.434.758,47	144,955	116,15	95.136.332,29	88.433.103,08	150,057	116,15	98.466.101,20	88.437.310,22	155,309	116,15
Despesa Total	92.354.955,00	88.871.203,81	145,670	116,72	95.605.850,29	88.869.539,22	150,798	116,72	98.952.053,20	88.873.767,92	156,076	116,72
Despesas Primárias (II)	90.663.904,00	87.243.941,49	143,003	114,58	93.855.274,29	87.242.307,39	148,037	114,58	97.140.207,20	87.246.458,77	153,218	114,58
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.237.497,00	1.190.816,97	1,952	1,56	1.281.058,00	1.190.795,69	2,021	1,56	1.325.894,00	1.190.851,45	2,091	1,56
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	3.469,00	3.338,14	0,006	0,00	3.591,00	3.337,98	0,006	0,00	3.717,00	3.338,42	0,006	0,00
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	1.234.028,00	1.187.478,83	1,946	1,56	1.277.467,00	1.229.279,25	2,015	1,61	1.322.177,00	1.272.302,73	2,086	1,67
Dívida Pública Consolidada	33.563.987,28	32.297.909,24	52,940	42,42	34.745.439,63	32.297.303,99	54,804	42,42	35.961.530,01	32.298.841,40	56,722	42,42
Dívida Consolidada Líquida	18.607.914,85	17.905.999,66	29,350	23,52	19.262.913,46	17.905.664,12	30,383	23,52	19.937.115,44	17.906.516,47	31,447	23,52
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias Geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
VARIÁVEIS					2025	2026	2027					
PIB Real (Crescimento % anual)					2,00	2,00	2,00					
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)					3,92	3,52	3,50					
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)					5,30	5,30	5,30					
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação					3,92	3,52	3,50					
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares					63.400.000,00	63.400.000,00	63.400.000,00					
Receita Corrente Líquida - RCL					79.125.056,00	81.910.259,00	84.777.117,00					

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:52:04

**VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA**
CRC PB-000913/0-3



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2025

R\$ 1,00

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2025

R\$ 1,00

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	78.179.242	123,311	106,00	76.814.605	121,159	102,74	-1.364.637	(1,75)
Receitas Primárias (I)	78.051.005	123,109	105,82	76.814.605	121,159	102,74	-1.236.400	(1,58)
Despesa Total	78.179.242	123,311	106,00	79.192.832	124,910	105,92	1.013.590	1,30
Despesas Primárias (II)	77.382.135	122,054	104,91	77.499.114	122,238	103,66	116.979	1,31
Resultado Primário (III) = (I - II)	668.870	1,055	0,91	-684.508	-1.080	(0,92)	-1.353.378	(202,34)
Resultado Nominal	665.664	1,050	0,90	-684.508	-1.080	(0,92)	-1.350.172	(202,83)
Dívida Pública Consolidada	31.079.589	49,021	42,14	31.079.589	49,021	41,57	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	17.530.562	27,651	23,77	17.530.562	27,651	23,45	0	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2023	63.400.000,00
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023	63.400.000,00
Previsão da RCL para 2023	73.757.052,25
Valor Efetivo (realizado) da RCL para 2023	74.766.371,81

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:52:32

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2025

R\$ 1,00

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	58.226.630,00	78.179.242,00	34,27	88.871.204,00	13,68	92.354.955,00	3,92	95.605.850,29	3,52	98.952.053,20	3,50
Receitas Primárias (I)	58.093.239,00	77.735.026,00	33,81	88.434.758,00	13,76	91.901.401,00	3,92	95.136.332,29	3,52	98.466.101,20	3,50
Despesa Total	58.226.630,00	78.179.242,00	34,27	88.871.204,00	13,68	92.354.955,00	3,92	95.605.850,29	3,52	98.952.053,20	3,50
Despesas Primárias (II)	57.621.300,00	77.382.135,00	34,29	87.243.941,00	12,74	90.663.904,00	3,92	93.855.274,29	3,52	97.140.207,20	3,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	471.939,00	352.891,00	(25,23)	1.190.817,00	237,45	1.237.497,00	3,92	1.281.058,00	3,52	1.325.894,00	3,50
Resultado Nominal	468.834,00	349.685,00	(25,41)	1.187.479,00	239,59	1.234.028,00	3,92	1.277.467,00	3,52	1.322.177,00	3,50
Dívida Pública Consolidada	31.093.702,52	31.079.589,34	(0,05)	32.297.909,24	3,92	33.563.987,28	3,92	34.745.439,63	3,52	35.961.530,01	3,50
Dívida Consolidada Líquida	20.627.855,09	17.530.561,64	(15,02)	17.905.999,66	2,14	18.607.914,85	3,92	19.262.913,46	3,52	19.937.115,44	3,50

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	56.393.831	73.331.997	30,04	88.871.204	21,19	88.871.204	0,00	88.869.539	0,00	88.873.768	0,00
Receitas Primárias (I)	56.264.638	72.915.323	29,59	88.434.758	21,28	88.434.758	0,00	88.433.103	0,00	88.437.310	0,00
Despesa Total	56.393.831	73.331.997	30,04	88.871.204	21,19	88.871.204	0,00	88.869.539	0,00	88.873.768	0,00
Despesas Primárias (II)	55.807.554	72.584.312	30,06	87.243.941	20,20	87.243.941	0,00	87.242.307	0,00	87.246.459	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	457.084	331.011	(27,58)	1.190.817	259,75	1.190.817	0,00	1.190.796	0,00	1.190.851	0,00
Resultado Nominal	454.077	328.004	(27,76)	1.187.479	262,03	1.187.479	0,00	1.187.458	0,00	1.187.513	0,00
Dívida Pública Consolidada	30.114.966	29.152.602	(3,20)	32.297.909	10,79	32.297.909	0,00	32.297.304	0,00	32.298.841	0,00
Dívida Consolidada Líquida	19.978.552	16.443.637	(17,69)	17.906.000	8,89	17.906.000	0,00	17.905.664	0,00	17.906.516	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO											
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2022	2023	2024	2025	2026	2027
3,25	3,25	4,11	3,92	3,52	3,50						

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:52:33

VERTICE CONTABILIDADE



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

PÚBLICA E EMPRESARIAL

LTD A

CRC PB-000913/0-3

Exercício: 2025

SAMUEL SOARES LAVOR DE

LACERDA

PREFEITO

FRANCISCO VILDIMAR

BELMIRO DA SILVA

SECRETARIO DE FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2025

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio / Capital		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado	12.607.670	100,00	6.410.918	100,00	-2.043.046	100,00
TOTAL	12.607.670	100	6.410.918	100	-2.043.046	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:52:35

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2025

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (d)	2021
Receitas de Capital	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:53:36

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício: 2025

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
NADA A REGISTRAR				

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:55:10

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

27

Exercício: 2025

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2021	2022	2023
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2021	2022	2023
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			
Reserva do RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)			
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS			

FONTE:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:55:00

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	

NADA A REGISTRAR

TOTAL

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:55:01

**VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA**
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2025

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	3.754.054
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	270.304
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.483.750
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.483.750
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	3.483.075
Novas DOCC	3.483.075
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	675

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:55:03

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



**Prefeitura Municipal de Conceição
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025**

**Anexo de Riscos Fiscais
Riscos Fiscais**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

O segundo tipo de risco refere-se aos passivos contingentes, especialmente aqueles decorrentes de ações judiciais.

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possível ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2025, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Ou ainda em caso o desequilíbrio fiscal se concretize, o Executivo poderá lançar mão da reserva de contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 50 da Lei Complementar 101/2000 ou ainda, caso não seja suficiente e se prolongue por mais tempo, o Executivo deverá reformular o Anexo de Metas Fiscais, limitando a emissão de empenho na forma estabelecida na presente lei.



PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	400.000	Reserva de Contingência	400.000
Alterações salariais	300.000	Redução de Despesas de Custeio e Horas extra/Gratificações	300.000
SUBTOTAL	700000	SUBTOTAL	700000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais	200.000	Redução de investimentos custeados com recursos	200.000
SUBTOTAL	200000	SUBTOTAL	200000
TOTAL	R\$ 900.000,00	TOTAL	R\$ 900.000,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 14:58:57

**VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA**
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANCAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
CNPJ: 08.943.227/0001-82**

MENSAGEM Nº 01 / 2024

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências, para encaminhar a Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, conforme o disposto no inciso II, combinado com o § 2º do art. 165 da CF, com o art. 166 da CE e o art. 4º da LRF, a LDO, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da administração;
- II. elaboração da LOA, estrutura, organização e diretrizes;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. equilíbrio entre receitas e despesas;
- V. critérios e formas de limitação de empenhos, nas hipóteses de frustração do cumprimento das metas de resultado fiscal (art. 9º, LRF);
- VI. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do orçamento;

- VII. constituição e utilização de reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida (RCL);
- VIII. avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior ao de vigência da própria LDO;
- IX. condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas;
- X. regras para eventual destinação de recursos à cobertura direta ou indireta de necessidade de pessoas físicas ou "déficit" de pessoas jurídicas (art. 26, LRF).
- XI – Disposições relativas à dívida pública;
- XII – Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;
- XIII- as disposições gerais.

É importante ressaltar que o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias que estou enviando está em consonância com as normas estabelecidas na Lei Complementar 101 de 2000 e está acompanhado dos anexos de Metas e Riscos Fiscais.

Para o estabelecimento do Anexo de Metas e Prioridades, serão tomadas por base as ações estabelecidas no Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, que serão discutidas com a sociedade através de audiências públicas, onde as prioridades serão elencadas de acordo com as necessidades de cada região.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares, saliento também que este projeto demonstra a transparência necessária e devida que o Poder Executivo vem aplicando ao trato dos desprovidos recursos deste Município.

Portanto, ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas

Excelências, que serão fielmente apreciados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito, em Conceição-PB, 13 de abril de 2024.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
Secretaria de Administração

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI
DAS DIRETRIZES ORÇAMENTAIAS - LDO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.**

Aos 10 dias do mês de abril de 2024, Na sala da Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Conceição, Estado da Paraíba, localizado no Centro Administrativo Integrado, Bairro São José, Conceição/PB, pelas 11:30 horas, teve início a audiência pública do Município, para apresentação e discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025. A reunião foi presidida pelo Secretário de Administração Sr. Fidel Ferreira Leite, que escolheu a mim Rodrigo Macedo Arruda, para secretariar os trabalhos. A audiência pública ora realizada foi precedida de divulgação no portal da Prefeitura, Municipal de Conceição. Feito o chamado, verificou-se a presença de representantes de comunidades rurais e urbanas, servidores municipais, comerciantes, representantes da sociedade civil, Secretários municipais, e outros agentes políticos. O Sr. Secretario de Administração logo no início agradeceu a presença de todos e com a participação do Secretário de Finanças Francisco Vildimar Belmiro da Silva sob a orientação do setor contábil, na pessoa de Thiago Paiva Freitas Vieira, promoveram as explicações necessárias sobre o Projeto de Lei Orçamentário e das Diretrizes Orçamentária, de acordo com o parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sequenciando aos trabalhos o Secretário de Finanças procedeu a diversas explicações sobre os instrumentos de planejamento erigidos pela LRF, como indispensáveis à boa administração pública no campo fiscal, inclusive, tecendo comentários sobre os diversos dispositivos da mencionada lei. Finda a explicação foi apresentado na íntegra os Projetos de Lei das Diretrizes Orçamentária - LDO, para o exercício financeiro de 2025, e colocada a matéria em discussão para os presentes que fizeram diversas indagações, sobretudo, quanto ao limite de gastos com pessoal, cujas dúvidas foram esclarecidas de imediato pelo Secretário de Finanças, Ato contínuo o Presidente solicitou aos presentes procedessem a confecção de suas propostas e apresentassem por meio de questionário

Prefeitura Municipal de Conceição
 Centro Adm. Integrado Gov. Wilson Leite Braga, s/n - Centro CEP: 58.970-000
 Conceição - Paraíba – CNPJ Nº 08.943.227/0001-82



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
Secretaria de Administração

disponibilizado no LINK <https://forms.easyweb.com.br/view.php?id=196914>, para contribuição quanto à elaboração do referido instrumento em especial dos anexos que serão remetidos ao poder legislativo como poder responsável pela sua apreciação e deliberação final. Em seguida, após ser digitada a presente ata foi lida e, achada conforme por todos os presentes, os quais em concurso volitivo assinaram o referido documento como expressão da verdade.

Secretário - Rodrigo Macedo Arruda

Presidente - Fidel Ferreira Leite



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
Secretaria de Administração

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, REALIZADA NO DIA 10/04/2024.

Conceição/PB, 10 de abril de 2024.

Nome Legível	Assinatura	Órgão/Entidade/Empresa
JOSÉ WILTON SOARES DE SÁ GOMIDE		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONCEIÇÃO/PB
Rodrigo Medo Anode		Santos Almeida Neto Secretário de Administração



ESTADO DA PARÁBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
Secretaria de Administração

Patrícia Nascimento Lacerda		Secretaria de Trabalho
ERIKSON MARCOS DE FREITAS		Sel. de Educação
Elaine Cristina Díaz da Silva		Procuradoria Geral M.
Josébel Alomarinho Hadzogua		Soc. de Disciplina, C.P. da Guarda
Joséwca Myriam V. Raualles		Procuradoria Geral
Francklin Augusto F. da Silva		Assessoria Técnica
Edilson Soan Padim		Sítio de Tributos
Francisco Bruno S. Bruno		Sitio de Tributos
Gerson Souza Ferreira		Sitio de Tributos



ESTADO DA PARNÁBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
Secretaria de Administração

Douglas da Oliveira Guedes		SETOR DO TRIBUTOS
Vinícius Vieira Farias		SECTOR DE TRIBUTOS
Bruna Souza Lopes Fonseca		Recursos
Sanderson Lucas Nogueira		Licitações
Thiago Antônio Alvaro de Lacerda		LICITAÇÕES
Wendyfávia Fábia V. da Silva		Administração

c_onceicao.pb.gov.br

The screenshot shows a government website with a navigation bar at the top. Below the bar are three cards: one for vaccination, one for São João, and one for the inauguration. To the right are several administrative notices with 'VER' buttons:

- 01/07/2024 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024
- 11/06/2024 - ESTOQUE DE MEDICAMENTOS - 11.06.2024
- 06/06/2024 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2024
- 06/06/2024 - ANEXO I --- DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
- 06/06/2024 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - Edital n° 001/2024

Below these are two service links:

- Processo Seletivo (Carta de Serviços Lei 13.460/17)
- Jornal Oficial (Diário Oficial)

At the bottom are two more service links:

- Carta de Serviços (Lei 13.460/17)
- Ouvidoria (Sua opinião é importante para nós!)

Questionário LOA-LDO 2025

#1

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	50 a 59
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	FIDEL FERREIRA LEITE
CELULAR	(083)99943-0663

Deixe aqui sua sugestão de ações que julgue ser prioritária para a administração pública municipal execute em 2022 na sua RUA ou COMUNIDADE

Disponibilizar recursos para infraestrutura, reformas de estradas e saneamento básico. especialmente ampliação do Cemitério Público.

QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?

Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.

EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL
SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA
CULTURA	MAIOR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTISTAS LOCAIS
TURISMO E ESPORTES	COMPETIÇÕES ESPORTIVAS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	AÇÕES EDUCATIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRÂNSITO
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE	AÇÕES DE INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE COLETA SELETIVA

#2

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	40 a 49
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	Fidelis Rodrigues de Luna
E-MAIL	fidelisdedoca@gmail.com
CELULAR	(083)99850-0076
QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?	
Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.	
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
SAÚDE	CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
CULTURA	EVENTOS
TURISMO E ESPORTES	ESTÍMULO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROJETOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO
AGRICULTURA	INFRAESTRUTURA RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	TRANSPORTE PÚBLICO
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL

#3

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	16 a 29 anos
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	FRANDSON LUAN VIEIRA LEITE
E-MAIL	frandsonluan@hotmail.com
CELULAR	(083)99657-8828

Deixe aqui sua sugestão de ações que julgue ser prioritária para a administração pública municipal execute em 2022 na sua RUA ou COMUNIDADE

Reforma do calçamento visando melhorias no saneamento básico com a extinção dos esgotos a céu aberto.

QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?

Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.

EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL
SAÚDE	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Suporte jurídico destinado a população carente
CULTURA	MAIOR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTISTAS LOCAIS
TURISMO E ESPORTES	COMPETIÇÕES ESPORTIVAS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROJETOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	SINALIZAÇÃO VIÁRIA
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE	INCENTIVO AO PLANTIO DE ÁRVORES

#4

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	50 a 59
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	Francisco Fidelis Mangueira Gomes
E-MAIL	fidemangom@yahoo.com.br
CELULAR	(083)99641-6222

Deixe aqui sua sugestão de ações que julgue ser prioritária para a administração pública municipal execute em 2022 na sua RUA ou COMUNIDADE

INVESTIR EM AÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICA, COM IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS E GRUPOS DE TEATRO, DANÇAS, CORAL, CAPOEIRA, ARTESANATO E BANDAS DE MÚSICA. IMPLANTAR O CINE TEATRO DE CONCEIÇÃO, O MUSEU DE CONCEIÇÃO, UMA BIBLIOTECA PÚBLICA E A ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES.

QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?

Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.

EDUCAÇÃO	CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Restaurante Popular no Bairro Nossa Senhora de Fátima e Cadastro da Cesta básica.
CULTURA	OFICINAS DE FORMAÇÃO
TURISMO E ESPORTES	Plano Municipal do Turismo
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	SINALIZAÇÃO VIÁRIA
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE	AÇÕES DE INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE COLETA SELETIVA

#5

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	40 a 49
ONDE RESIDE	ZONA RURAL
NOME	Francisco Limeira Diniz
E-MAIL	franciscobsf@outlook.com
CELULAR	(083)00000-0000
QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?	
Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.	
EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL
SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA
CULTURA	MAIOR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTISTAS LOCAIS
TURISMO E ESPORTES	FORTELECIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROJETOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	TRANSPORTE PÚBLICO
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS
MEIO AMBIENTE	AÇÕES DE INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE COLETA SELETIVA

#6

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Médio completo
FAIXA ETÁRIA	40 a 49
ONDE RESIDE	ZONA RURAL
NOME	Ronaldo Adriano R pereira
E-MAIL	ronaldo.arp@hotmail.com
CELULAR	(083)99833-8434
QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?	
Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.	
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ACESSIBILIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CULTURA	OFICINAS DE FORMAÇÃO
TURISMO E ESPORTES	Projetos para ampliação de outras modalidades esportivas
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROJETOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	SINALIZAÇÃO VIÁRIA
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	Projetos de pavimentação nos distritos e comunidades desenvolvidas
MEIO AMBIENTE	AÇÕES DE INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE COLETA SELETIVA

#7

ORIENTAÇÃO SEXUAL	MASCULINO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	30 a 39
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	Rodrigo Macedo Arruda
CELULAR	(083)99932-1278

Deixe aqui sua sugestão de ações que julgue ser prioritária para a administração pública municipal execute em 2022 na sua RUA ou COMUNIDADE

Reformar a praça do bairro São José com a inclusão de academia de saúde e quadras para a prática de esportes;
Investir na pavimentação e asfaltamento de ruas do bairro São Jos.

QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?

Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.

EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL
SAÚDE	CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA
CULTURA	MAIOR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTISTAS LOCAIS
TURISMO E ESPORTES	ESTÍMULO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROJETOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO
AGRICULTURA	ESTRADAS VICINAIS
TRANSPORTE E TRÂNSITO	AÇÕES EDUCATIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRÂNSITO
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL

#8

ORIENTAÇÃO SEXUAL	FEMININO
ESCOLARIDADE	Superior completo
FAIXA ETÁRIA	40 a 49
ONDE RESIDE	ZONA URBANA
NOME	Andreia Leite Vieira
E-MAIL	dreia.vieira1001@gmail.com
CELULAR	(083)99670-4049
QUAIS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO PODEM MELHORAR?	
Escolha 1 (um) opção das seguintes áreas abaixo.	
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
CULTURA	EVENTOS
TURISMO E ESPORTES	FORTELECIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO
AGRICULTURA	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
TRANSPORTE E TRÂNSITO	Proibir circulação de motocicleta no calçadão . conscientizar sobre rampa de acesso
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS
MEIO AMBIENTE	AÇÕES DE INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE COLETA SELETIVA



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

01.000 CÂMARA MUNICIPAL		599.111	0,65
28 841 0001 0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS DA CÂMARA MUNICIPAL		51.960	0,06
Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida junto ao INSS.			
000001 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	51.960	0,00
01 031 1001 1001 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL			
Objetivo: Pagar despesas com construção, ampliação e reforma do prédio da câmara.			
000002 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	394.908	0,00
01 031 2001 1002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL			
Objetivo: Atender a despesas com a compra de equipamentos para a câmara.			
000003 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	152.243	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

50

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera	Dotação Orçamentária	%
--------	----------------------	---

02.000 GABINETE DO PREFEITO	16.229	0,02
04 122 2001 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	16.229	0,02
Objetivo: Custear despesas administrativas do Gabinete do Prefeito, bem como, as relativas aos servidores público municipal vinculados ao órgão.		
000027 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	16.229
		0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera	Dotação Orçamentária	%
--------	----------------------	---

03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		11.561	0,01
04 122 2001 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		11.561	0,01
Objetivo: Custear as atividades da Sec. de Administração, bem como, pagar os encargos do servidor vinculado ao órgão.	Fiscal	11.561	0,00
000040 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente			



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS

28 841 0001 0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS

Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida junto ao INSS.

000047 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado

Fiscal	1.247.040	0,00
--------	-----------	------

28 841 1005 0003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO FGTS

Objetivo: Pagar mensalmente parcelas assumidas por contrato de refinaciamento da dívida do município com o FGTS.

000048 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado

Fiscal	5.781	0,00
--------	-------	------

28 841 0001 0004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A ENERGISA

Objetivo: Pagar parcelamento da dívida do município junto à ENERGISA.

000049 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado

Fiscal	223.414	0,00
--------	---------	------

28 841 0001 0005 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO A CAGEPA

Objetivo: Pagar dívida junto à CAGEPA.

000050 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado

Fiscal	11.561	0,00
--------	--------	------

28 843 0001 0011 Amortização e encargos da dívida com PASEP

Objetivo: Amortização e encargos da dívida com PASEP

000720 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado

Fiscal	124.704	0,00
--------	---------	------

04 123 2001 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

Objetivo: Custear as atividades realizadas pela Secretaria de Finanças, bem como, pagar as despesas com o servidor público.

000067 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente

Fiscal	8.936	0,00
--------	-------	------



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera	Dotação Orçamentária	%
--------	----------------------	---

05.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		6.156.183	6,67
12 368 0001 0009 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA EDUCAÇÃO COM O INSS		11.561	0,01
Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida da educação com o INSS.			
000068 4690.71 99 15001000 Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	11.561	0,00
12 361 1009 1003 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL			
Objetivo: Adquirir equipamentos tecnológicos, como ferramenta para uma aprendizagem significativa e qualitativa na sua produção de conhecimento.			
000069 4490.52 99 15001001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	11.561	0,00
12 361 1009 1004 ESTRUTURAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Objetivo: Estruturar a rede municipal de ensino, melhorando as instalações físicas através da construção,reconstrução, reforma e recuperação de: quadras, ginásios, bem esportivos , campos de futebol, bem como aquisição de equipamentos e veículos, contribuindo para a formação esportiva e educacional de crianças e adolescentes, fortalecendo as práticas esportivas, na medida em que darão ao educando melhores condições de atuarem e participarem das modalidades esportivas; desenvolver e promover a prática esportiva que estimulem o desenvolvimento motor; escolas, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, creches, adquirir equipamentos e mobiliário em geral, laboratório de informática, transporte escolar, e, assim contribuir e proporcionar ambientes saudáveis com condições físicas e estruturais para o estudo, colaborando para a saúde e o conforto dos alunos e criando um espaço ideal e necessário para desenvolver as atividades escolares.			
000070 4490.51 99 15001001 Obras e Instalações	Fiscal	540.956	0,00
000071 4490.51 99 15401030 Obras e Instalações	Fiscal	43.276	0,00
000072 4490.51 99 15421030 Obras e Instalações	Fiscal	216.382	0,00
000073 4490.51 99 15690000 Obras e Instalações	Fiscal	55.854	0,00
000640 4490.51 99 15710000 Obras e Instalações	Fiscal	1.081.911	0,00
000074 4490.51 99 15750000 Obras e Instalações	Fiscal	390.976	0,00
000075 4490.52 99 15001001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	279.268	0,00
000076 4490.52 99 15401030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	43.276	0,00
000077 4490.52 99 15421030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	108.191	0,00
000078 4490.52 99 15690000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	55.854	0,00
000641 4490.52 99 15710000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	20.306	0,00
000079 4490.52 99 15750000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	144.522	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

54

Exercício: 2025

	Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
05.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			6.156.183	6,67
12 365 1009 1005 ESTRUTURAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL			3.005.003	3,25
Objetivo: Estruturar a rede municipal de ensino infantil, melhorando as instalações físicas através da construção, reconstrução, ampliação e/ou reforma de creches e pré-escolas, áreas recreativas, brinquedoteca, quadras de esporte, biblioteca infantil e equipamentos e mobiliário para proporcionar ambientes saudáveis com condições físicas e estruturais para o estudo e o conforto do alunado infantil.				
000080 4490.51 99 15001001 Obras e Instalações	Fiscal	167.561	0,00	
000081 4490.51 99 15401030 Obras e Instalações	Fiscal	54.096	0,00	
000082 4490.51 99 15421030 Obras e Instalações	Fiscal	260.536	0,00	
000083 4490.51 99 15690000 Obras e Instalações	Fiscal	55.854	0,00	
000636 4490.51 99 15710000 Obras e Instalações	Fiscal	1.208.221	0,00	
000084 4490.51 99 15750000 Obras e Instalações	Fiscal	535.498	0,00	
000085 4490.52 99 15001001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	111.708	0,00	
000086 4490.52 99 15401030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	43.276	0,00	
000087 4490.52 99 15421030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	324.573	0,00	
000088 4490.52 99 15690000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	33.512	0,00	
000089 4490.52 99 15750000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	210.168	0,00	
12 368 1009 1006 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL			46.248	0,05
Objetivo: Comprar e desapropriar imóvel de interesse público, conforme demanda do Orçamento Participativo.				
000090 4490.61 99 15001001 Aquisição de Imóveis	Fiscal	46.248	0,00	
12 361 1009 1007 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			17.343	0,02
Objetivo: Construir e fazer melhorias no prédio da Secretaria de Educação do município.				
000091 4490.51 99 15001001 Obras e Instalações	Fiscal	17.343	0,00	
12 368 1009 2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO			2.164	0,00
Objetivo: Pagar despesas realizadas com ações e projetos para a Educação Básica.				
000098 4490.52 99 15500000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.164	0,00	
12 368 1009 2011 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE			1.039	0,00
Objetivo: Comprar material de consumo para as escolas, que não tenham Conselho, como também efetuar serviços nas mesmas.				
000654 4490.52 99 15510000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.039	0,00	
12 368 1009 2014 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE			9.249	0,01
Objetivo: Custear despesas de outros programas do FNDE que não estão realcionados.				
000124 4490.52 99 15690000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	9.249	0,00	



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

05.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		6.156.183	6,67
12 361 1009 2016 OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - 30%		11.561	0,01
Objetivo: Desenvolvimento das Atividades da Educação do Ensino Fundamental- FUNDEB 30%			
000139 4490.52 99 15401030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	11.561	0,00
12 361 1009 2020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Objetivo: Manter as Atividades Administrativas da Secretaria de Educação, buscando desenvolver ações para o progresso educacional,implementando e zelando pela qualidade da educação no município.			
000172 4490.52 99 15001001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	54.096	0,00
12 365 1009 2024 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE- FUNDEB 30%			
Objetivo: Desenvolver as atividades de aprendizagem da educação infantil, Fundeb 30%.			
000209 4490.52 99 15401030 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.586	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

06.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		594.394	0,64
10 301 0001 0010 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA DA SAÚDE COM O INSS		11.561	0,01
Objetivo: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por contrato de refinanciamento de dívida junto ao INSS da Saúde.			
000229 4690.71 99 15001002 Principal da Dívida Contratual Resgatado	Seguridade	11.561	0,00
10 301 1012 1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SAÚDE		57.809	0,06
Objetivo: Adquirir veículo para atender as necessidades de deslocamento das equipes de saúde.			
000230 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	57.809	0,00
10 544 1012 1032 Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água		245.756	0,27
Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água beneficiando diversas famílias nas comunidades através da construção de cisternas e açudes, bem como perfurando e instalação de poços nas comunidades da zona urbana e rural.			
000231 4490.51 99 15001002 Obras e Instalações	Seguridade	22.342	0,00
000232 4490.51 99 16310000 Obras e Instalações	Seguridade	223.414	0,00
10 512 1012 1033 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Saneamento Básico		122.878	0,13
Objetivo: Intervenções promovidas nos domicílios, com o objetivo de atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações hidrossanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliar, bem como promover ações de saneamento básico beneficiando diversas famílias com o afastamento e tratamento rápido e seguro dos esgotos e disposição sanitariamente adequadas, sejam através de fossas ou sistemas de redes coletoras			
000233 4490.51 99 15001002 Obras e Instalações	Seguridade	11.170	0,00
000234 4490.51 99 16310000 Obras e Instalações	Seguridade	111.708	0,00
10 303 1012 1034 Implantação Melhoria Habitacional		122.878	0,13
Objetivo: Promover condições habitacionais para população em situação de vulnerabilidade social para o combate da doença de chagas, contribuindo para a melhoria do ambiente domiciliar urbano ou rural, substituindo habitações do tipo taipa onde o vetor da doença se hospeda e reproduz, por casas de alvenaria, em diversas localidades.			
000235 4490.51 99 15001002 Obras e Instalações	Seguridade	11.170	0,00
000236 4490.51 99 16310000 Obras e Instalações	Seguridade	111.708	0,00
10 301 1012 2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		33.512	0,04
Objetivo: Manter as ações administrativas desenvolvidas junto a Secretaria de Saúde.			
000252 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	33.512	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

57

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera
Dotação
Orçamentária
%

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.447.367 3,73

10 301 1012 1009 BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA

1.481.677 1,60

Objetivo: Estruturar a rede de atenção básica através da aquisição de equipamentos diversos do tipo: odontológico, hospitalar, gabinete odontológico, veículos (ambulância e outros), mobiliário em geral e outros equipamentos necessários para um bom funcionamento de rede de atenção básica da saúde do município; construir, reformar, ampliar UBS, Academias de Saúde(com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física de lazer e modos de vida saudáveis); ampliar, reformar, construir, prédios públicos da saúde com a finalidade de promover e melhorar o atendimento à população através de ações que envolvam os programas do NASF, SB, SF, PREVINE e outros, na sede do município e zona rural, afim de prevenir doenças e reabilitar os enfermos, visando o bom funcionamento de rede de atenção básica da saúde do município;

000253 4490.51 99 15001002 Obras e Instalações	Segurança	55.854	0,00
000254 4490.51 99 16010000 Obras e Instalações	Segurança	446.829	0,00
000643 4490.51 99 16310000 Obras e Instalações	Segurança	757.338	0,00
000255 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	55.854	0,00
000256 4490.52 99 16010000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	111.706	0,00
000645 4490.52 99 16310000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	54.096	0,00
10 302 1012 1010 BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		1.752.086	1,90

Objetivo: Estruturar as Unidades de Atenção Especializada em Saúde da MAC, através de construção (a exemplo da construção de unidades do CAPS, construção do CER), recuperação, reforma, aquisição de equipamentos diversos, mobiliário em geral, etc., para tender aos programas CAPS, SAMU, CEO, Melhor em Casa, CER entre outros, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde como: procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, cirurgias ambulatoriais especializadas; procedimentos tráumato-ortopédico; ações especializadas em odontologia, patologia clínica, anatomiopatologia e citopatologia, radiodiagnóstico, exames ultrassonográficos, diagnose, fisioterapia, terapias especializadas, próteses e órteses, anestesia), entre outras melhorias, objetivando o melhoramento de atendimento à população local.

000257 4490.51 99 15001002 Obras e Instalações	Segurança	55.854	0,00
000258 4490.51 99 16010000 Obras e Instalações	Segurança	1.039.200	0,00
000259 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	33.512	0,00
000260 4490.52 99 16010000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	623.520	0,00

10 303 1012 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - RECURSOS PRÓPRIOS

558 0,00

Objetivo: Promover o acesso da população a medicamentos e a insumos estratégicos necessários para manutenção dos serviços de saúde no município.

000272 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	558	0,00
---	-----------	-----	------

10 301 1012 2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS DO SUS

45.628 0,05

Objetivo: Gerenciar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações, promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito da atenção básica.

000288 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	45.628	0,00
---	-----------	--------	------

10 301 1012 2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - RECURSOS PRÓPRIOS

5.586 0,01

Objetivo: Manter os Serviços de Atenção Primária de Saúde, aplicando recursos do município em ações que contribuam para eficientizar a saúde municipal.

000304 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	5.586	0,00
---	-----------	-------	------



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera	Dotação Orçamentária	%
--------	----------------------	---

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.447.367 3,73

10 302 1012 2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA-MAC - SUS - CEO- CAPS-

16.757 0,02

Objetivo: Manter as ações da Atenção Especializada– CEO, CAPS, CER, SAMU, UPA, Melhor em Casa, Laboratório de Análises Clínicas, Policlínica, entre outros, que compreende um conjunto de ações e serviços ambulatoriais e hospitalares que visam atender os principais problemas de saúde da população, cuja prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico

000323 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 16.757 0,00

10 302 1012 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA-MAC - RECURSOS PRÓPRIOS

11.170 0,01

Objetivo: Pagar despesas excedentes ralizadas pelos programas de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recursos próprios do FUS.

000337 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 11.170 0,00

10 304 1012 2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

3.351 0,00

Objetivo: Aplicar recursos do município para Implementar e fortalecer a gestão de vigilância em saúde com o objetivo de prevenir e controlar as doenças infectocontagiosas, adotando um conjunto de ações queproporcione o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de se recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

000351 4490.52 99 15001002 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 3.351 0,00

10 305 1012 2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - SUS

11.170 0,01

Objetivo: Implementar e fortalecer a gestão de vigilância em saúde com o objetivo de prevenir e controlar as doenças infectocontagiosas, adotando um conjunto de ações que proporcione o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de se recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

000365 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 11.170 0,00

10 301 1012 2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - SUS- NAS- PREVINE- SAUI

111.108 0,12

Objetivo: Manter a Atenção Primária com a missão de trazer a saúde para perto do cidadão e dar ao profissional a especialização necessária a fim de que ele possa exercer seu trabalho com mais qualidade na promoção da saúde e na qualidade de vida do cidadão, junto aos programas NAS, PREVINE BRASIL, SF, Academia de Saúde, ACS, Saúde Bucal, entre outros

000383 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente

Fiscal 111.108 0,00

10 303 1012 2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - SUS

3.351 0,00

Objetivo: Promover o acesso da população a medicamentos e a insumos estratégicos necessários para manutenção dos serviços de saúde no município.

000398 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 3.351 0,00

10 302 1012 2040 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EMERGENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19

4.925 0,01

Objetivo: COMBATER O COVID-19.

000404 4490.52 99 16000000 Equipamentos e Material Permanente

Segurança 4.925 0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

59

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				Esfera	Dotação Orçamentária	%
07.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					3.002.470	3,25
17 511 1013 1011 IMPLANTAÇÃO E/OU MELHORIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA ZONA RURAL					451.532	0,49
Objetivo: Implantar e/ou recuperação de sistema de abastecimento d'água, bem como perfuração de poços na zona rural do município.						
000405 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	22.342	0,00			
000406 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	429.190	0,00			
18 544 1013 1012 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE AÇUDES, BARRAGENS E POÇOS					34.685	0,04
Objetivo: Construir e fazer melhorias em açudes, barragens e poços do município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.						
000407 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	34.685	0,00			
18 544 1013 1013 IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE POÇOS, CISTERNAS E TANQUES DE PEDRA					35.628	0,04
Objetivo: Perfurar, instalar, contruir e recuperar poços, cisternas e tanques de pedra.						
000408 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	2.312	0,00			
000409 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	33.316	0,00			
20 605 1013 1014 CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA DE MERCADO PÚBLICO					939.174	1,02
Objetivo: Construir eou/ ampliar e ree recuperar Mercado Público Municipal para comercialização de produtos do município.						
000410 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	55.854	0,00			
000411 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	883.320	0,00			
26 782 1013 1015 CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS					236.937	0,26
Objetivo: Contruir estradas vicinais do município.						
000412 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	22.342	0,00			
000413 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	214.595	0,00			
26 782 1013 1016 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PONTE E PASSAGEM MOLHADA					285.752	0,31
Objetivo: Construir e melhorar pontes bem como passagem molhada, no município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.						
000414 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	69.370	0,00			
000649 4490.51 99 17060000 Obras e Instalações	Fiscal	216.382	0,00			
20 606 1013 1017 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS					627.114	0,68
Objetivo: Aqdquirir patrulha mecanizada, bem como tratores e outros equipamentos para estimulo e desenvolvimento da agricultura.						
000415 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	159.474	0,00			
000416 4490.52 99 17000000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	467.640	0,00			
20 692 1013 1018 CONSTRUÇÃO DA FEIRA, CURRAL DE GADO					369.306	0,40
Objetivo: Construir área para comercialização, no município, de animais.						
000417 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	5.586	0,00			
000418 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	363.720	0,00			



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

60

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera	Dotação Orçamentária	%
--------	----------------------	---

07.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	3.002.470	3,25
04 122 2001 2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	22.342	0,02
Objetivo: Atender despesas com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente,inclusive, os gastos com o servidor público em efetivo exercício de suas funções.	Fiscal	22.342 0,00

000430 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		64.553	0,07
08 244 1014 1019 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		17.343	0,02
Objetivo: Construir e fazer menlhoria no Centro de Convivência do Idosos.			
000437 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Segurança	17.343	0,00
08 244 1014 1020 IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSIST. SOCIAL - CRAS			
Objetivo: Pagar despesas com construção, reforma e ampliação do Centro de Referência de assistênci Social - CRAS.			
000438 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Segurança	17.343	0,00
08 244 1014 1021 CONSTRUÇAO MELHORIA DO CENTRO DE REFER. ESPECIALIZADA DE ASSIST. SOCIAL-CREAS		17.343	0,02
Objetivo: Construir, ampliar ou reformar o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS.			
000439 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Segurança	17.343	0,00
04 122 1014 2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		5.586	0,01
Objetivo: Custear as despesas realizadas pela Secretaria de Ação Social, inclusive com pessoal em exercício de suas funções.			
000453 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	5.586	0,00
14 244 1014 2046 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE SOCIAL		3.469	0,00
Objetivo: Atender despesas das atividades dos Consilhos da Secretaria de Ação social: Conselho de Assistência social do Município, Conselho da Munlher e/ou outros.			
000458 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	3.469	0,00
08 243 1014 2047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR		3.469	0,00
Objetivo: Manter as atividades do Conselho Tutelar, bem como, de cursos de capacitação dos conselheiros para melhor desempenho de suas funções.			
000464 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	3.469	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

	Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
08.001 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL			100.800	0,11
08 244 1014 1022 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL - CRAS, CREAS E AFINS			31.217	0,03
Objetivo: Estruturar a infraestrutura da rede municipal de proteção social básica por meio de ampliação, reforma, e aquisição de equipamentos, de modo a se adequar aos parâmetros exigidos pela LOAS.				
000468 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Segurança	17.343	0,00	
000469 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	13.874	0,00	
08 244 1014 2051 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF/PAIF/SCFV			2.164	0,00
Objetivo: Manter serviços, programas projetos e benefícios da assistência social, de forma integrada, no âmbito do PAIF, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.				
000484 4490.52 99 16600000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	2.164	0,00	
08 244 1014 2052 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS - IGD SUAS E IGD P.			1.157	0,00
Objetivo: Qualificar com recursos do IGDPBF e do IGD-SUAS a atuação dos conselheiros municipais, dotando o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS- de infraestrutura adequada e apoio técnico.				
000489 4490.52 99 16600000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	1.157	0,00	
08 244 1014 2054 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BOLSA FAMÍLIA			10.819	0,01
Objetivo: Garantir a atualização de todas as famílias cadastradas, campanhas de divulgação, envio de correspondência solicitando atualização de dados de trabalho em conjunto com o CRAS e CREAS, mantendo atualizadas as informações cadastrais das famílias no CADÚNICO.				
000501 4490.52 99 16600000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	10.819	0,00	
08 244 1014 2055 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS			41.568	0,04
Objetivo: Manter outros programas do FNAS que não se enquadram nos itens anteriores.				
000513 4490.52 99 16600000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	41.568	0,00	
08 244 1014 2056 COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROG. E PROJETOS DE GESTÃO DO SUAS			5.781	0,01
Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Assistência Social através de serviços, programas e projetos de gestão do SUAS, com recursos do tesouro municipal, em observância da legislação vigente.				
000520 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	5.781	0,00	
08 244 1014 2058 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FEAS - COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS DA PRO			3.469	0,00
Objetivo: Promover ações de ampliação a cobertura da rede socioassistencial do município, através de recursos do Fundo a Fundo do Estado - FEAS.				
000526 4490.52 99 16690000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	3.469	0,00	
08 244 1014 2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DO SUAS - IGD			4.625	0,01
Objetivo: Manter os sistemas municipais de vigilância social, informações sociais, monitoramento e avaliação para o aprimoramento da gestão SUAS.				
000530 4490.52 99 16600000 Equipamentos e Material Permanente	Segurança	4.625	0,00	



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	----------------------	---

09.000 SECRETARIA DE CULTURA		617.067	0,67
13 392 1016 1023 AMPLIAÇÃO REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL		609.325	0,66
Objetivo: Pagar despesas com ampliação reforma e revitalização do Centro Cultural Elba Ramalho e Cine Teatro de Conceição, conforme de demanda do Orçamento Participativo..			
000535 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	8.092	0,00
000536 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	601.233	0,00
04 122 2001 2061 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA		4.625	0,01
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Cultura.			
000548 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	4.625	0,00
13 392 1016 2072 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DA CULTURA		3.117	0,00
Objetivo: Fomentar as ações que serão desenvolvidas no âmbito da Política Pública ligada ao segmento artístico cultural com dotações orçamentárias ligadas as ações contempladas pela Lei Federal Complementar de nº 195, ALDIR BLANC entre outros.			
000667 4490.52 99 17150000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.078	0,00
000673 4490.52 99 17160000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.039	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

64

Exercício: 2025

	Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
10.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			2.940.110	3,18
17 512 1013 1024 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO			172.361	0,19
Objetivo: Atender despesas com construção e recuperação de esgotamento sanitário, conforme demanda do orçamento participativo.				
000552 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	5.781	0,00	
000553 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	166.580	0,00	
15 451 1013 1025 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL			25.980	0,03
Objetivo: Adquirir e desapropriar imóvel de interesse público.				
000554 4490.61 99 15001000 Aquisição de Imóveis	Fiscal	25.980	0,00	
15 451 1013 1026 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORAMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS			46.248	0,05
Objetivo: Construir, ampliar e reformar prédios públicos municipais.				
000555 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	46.248	0,00	
15 451 1013 1027 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PRAÇAS E CANTEIROS			353.154	0,38
Objetivo: Pagar despesas com construção e melhoria de praças e canteiros públicos do município, conforme demanda do orçamento participativo.				
000556 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	62.751	0,00	
000557 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	290.403	0,00	
15 451 1013 1028 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			2.074.700	2,25
Objetivo: Atender despesas com calçamento, meio-fio, drenagem e asfalto de vias públicas, conforme demanda do Orçamento Participativo.				
000558 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	83.136	0,00	
000559 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	1.558.800	0,00	
000638 4490.51 99 17010000 Obras e Instalações	Fiscal	216.382	0,00	
000647 4490.51 99 17060000 Obras e Instalações	Fiscal	216.382	0,00	
18 541 1013 1031 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR			220.181	0,24
Objetivo: Aquisição de 01 (um) caminhão compactador de coleta convencional de resíduos sólidos.				
000560 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.586	0,00	
000561 4490.52 99 17000000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	214.595	0,00	
04 122 2001 2063 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			9.249	0,01
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Infraestrutura				
000573 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	9.249	0,00	
15 452 1013 2064 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA			38.237	0,04
Objetivo: Custear despesas com os serviços de limpeza pública e coleta de lixo do município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.				
000577 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	38.237	0,00	



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

65

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera Dotação Orçamentária %

11.000 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE CONCEIÇÃO		190.184	0,21
04 782 2001 1029 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO		173.427	0,19
Objetivo: Adquirir veículo para a Superintendência Municipal de Trânsito de Conceição - STTRANS.			
000584 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	34.685	0,00
000585 4490.52 99 17550000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	138.742	0,00
04 782 2001 2067 MANUTENÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO		16.757	0,02
Objetivo: Custear as despesas realizadas com as atividades da Superintendência Municipal de Trânsito.			
000596 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	16.757	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	-------------------------	---

12.000 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA

5.586 0,01

04 124 2001 2068 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA

5.586 0,01

Objetivo: Custear despesas das atividades realizadas pela Secretaria de Controle Interno e Superintendência.

000606 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente

Fiscal	5.586	0,00
--------	-------	------



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

67

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera Dotação Orçamentária %

13.000 SECRETARIA DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER		534.122	0,58
27 812 1016 1030 CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE UNIDADES ESPORTIVAS		528.536	0,57
Objetivo: Construir e fazer melhorias em quadras esportivas, ginásios esportivos, campo de futebol e outros.			
000607 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações	Fiscal	8.936	0,00
000608 4490.51 99 17000000 Obras e Instalações	Fiscal	519.600	0,00
27 812 2001 2069 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER		5.586	0,01
Objetivo: MANTER AS ATIVIDADES DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER.			
000620 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.586	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

	Esfera	Dotação Orçamentária	%
--	--------	-------------------------	---

14.000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		5.586	0,01
15 452 2001 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		5.586	0,01
Objetivo: Manter as Atividades de Desenvolvimento Urbano.			
000629 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.586	0,00



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2025

69

Classificação Institucional Funcinal Programática
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos

Esfera Dotação Orçamentária %

15.000 SECRETARIA DE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA MULHER		5.195	0,01
14 422 1014 2073 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DIREITOS E POLITICAS PÚBLICAS DA MULHER		1.039	0,00
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Direitos e Políticas Públicas da Mulher, assegurando as mulheres, acesso aos seus direitos, igualdade de gênero, bem como o direito a uma vida com menos violência, e ainda promover e apoiar as campanhas de valorização da Mulher no Município.			
000696 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.039	0,00
14 422 1014 2074 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER			
Objetivo: Manter as ações do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER com competência fiscalizadora e deliberativa nas questões de gênero deste Município e com a finalidade de promover o Plano Municipal, em harmonia com as diretrizes traçadas pelo governo Estadual e Federal, políticas destinadas a assegurar à mulher, participação e conhecimento de seus direitos como cidadã.			
000711 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.078	0,00
14 422 1014 2075 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - FMDM			
Objetivo: Manter as ações do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, de forma a prover recursos para a implantação de programas, desenvolvimento e manutenção das atividades relacionadas aos direitos da mulher no Município de Conceição - PB.			
000718 4490.52 99 15001000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.078	0,00
			Total Geral 19.911.954,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 11:55:06

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

70

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

	Dotação Orçamentária	%
--	-------------------------	---

01.000 CÂMARA MUNICIPAL	3.273.494,00	3,54
28 841 0001 0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS DA CÂMARA MUNICIPAL	51.960,00	0,06
Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida junto ao INSS.		
01 031 1001 1001 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL	394.908,00	0,43
Objetivo: Pagar despesas com construção, ampliação e reforma do prédio da câmara.		
01 031 2001 1002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL	152.243,00	0,16
Objetivo: Atender a despesas com a compra de equipamentos para a câmara.		
01 031 2001 2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENCARGOS	1.813.404,00	1,96
Objetivo: Custear despesas com as atividades administrativas, inclusive com os parlamentares e servidores vinculados.		
01 031 2001 2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS - OUTRAS DESPESAS	860.979,00	0,93
Objetivo: Atender as despesas com as atividades administrativas da câmara municipal.		
02.000 GABINETE DO PREFEITO	1.373.434,00	1,49
04 122 2001 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	1.356.123,00	1,47
Objetivo: Custear despesas administrativas do Gabinete do Prefeito, bem como, as relativas aos servidores público municipal vinculados ao órgão.		
04 122 2001 2004 CONTRIBUIÇÃO PARA FEDERAÇÕES REPRESENTATIVAS MUNICIPAIS	17.311,00	0,02
Objetivo: Pagar contribuições a entidades associativas de representação municipal, tais como FAMUP entre outros.		
03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.613.198,00	2,83
04 122 2001 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO	2.581.284,00	2,79
Objetivo: Custear as atividades da Sec. de Administração, bem como, pagar os encargos do servidor vinculado ao órgão.		
04 122 2001 2006 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.521,00	0,02
Objetivo: Pagar cursos de capacitação para os servidores públicos municipais, conforme de demanda do Orçamento Participativo.		
04 122 2001 2007 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	17.393,00	0,02
Objetivo: Realizar concurso público para suprir a falta de servidores públicos em várias áreas da administração pública municipal.		
04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.943.266,00	5,35
28 841 0001 0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS	1.247.040,00	1,35
Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida junto ao INSS.		
28 841 1005 0003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO FGTS	5.781,00	0,01
Objetivo: Pagar mensalmente parcelas assumidas por contrato de refinaciamento da dívida do município com o FGTS.		
28 841 0001 0004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A ENERGISA	223.414,00	0,24
Objetivo: Pagar parcelamento da dívida do município junto à ENERGISA.		
28 841 0001 0005 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO A CAGEPA	11.561,00	0,01
Objetivo: Pagar dívida junto à CAGEPA.		



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

71

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

	Dotação Orçamentária	%
--	-------------------------	---

04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.943.266,00	5,35
28 843 0001 0006 PAGAR JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	3.469,00	0,00
Objetivo: Pagar despesas com juros da dívida contratada do município.		
28 331 0001 0007 CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	778.976,00	0,84
Objetivo: Pagar mensalmente contribuições ao PASEP.		
28 846 0001 0008 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	785.807,00	0,85
Objetivo: Pagar sentenças judiciais tramitadas e julgadas.		
28 843 0001 0011 Amortização e encargos da dívida com PASEP	124.704,00	0,14
Objetivo: Amortização e encargos da dívida com PASEP		
04 123 2001 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	1.762.514,00	1,91
Objetivo: Custear as atividades realizadas pela Secretaria de Finanças, bem como, pagar as despesas com o servidor público.		
05.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	31.594.307,00	34,21
12 368 0001 0009 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA EDUCAÇÃO COM O INSS	11.561,00	0,01
Objetivo: Pagar mensalmente a contribuição por contrato de refinanciamento da dívida da educação com o INSS.		
12 361 1009 1003 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL	11.561,00	0,01
Objetivo: Adquirir equipamentos tecnológicos, como ferramenta para uma aprendizagem significativa e qualitativa na sua produção de conhecimento.		
12 361 1009 1004 ESTRUTURAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.980.772,00	3,23
Objetivo: Estruturar a rede municipal de ensino, melhorando as instalações físicas através da construção, reconstrução, reforma e recuperação de: quadras, ginásios, bem esportivos, campos de futebol, bem como aquisição de equipamentos e veículos, contribuindo para a formação esportiva e educacional de crianças e adolescentes, fortalecendo as práticas esportivas, na medida em que darão ao educando melhores condições de atuarem e participarem das modalidades esportivas; desenvolver e promover a prática esportiva que estimulem o desenvolvimento motor; escolas, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, creches, adquirir equipamentos e mobiliário em geral, laboratório de informática, transporte escolar, e, assim contribuir e proporcionar ambientes saudáveis com condições físicas e estruturais para o estudo, colaborando para a saúde e o conforto dos alunos e criando um espaço ideal e necessário para desenvolver as atividades escolares.		
12 365 1009 1005 ESTRUTURAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	3.005.003,00	3,25
Objetivo: Estruturar a rede municipal de ensino infantil, melhorando as instalações físicas através da construção, reconstrução, ampliação e/ou reforma de creches e pré-escolas, áreas recreativas, brinquedoteca, quadras de esporte, biblioteca infantil e equipamentos e mobiliário para proporcionar ambientes saudáveis com condições físicas e estruturais para o estudo e o conforto do alunado infantil.		
12 368 1009 1006 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	46.248,00	0,05
Objetivo: Comprar e desapropriar imóvel de interesse público, conforme demanda do Orçamento Participativo.		
12 361 1009 1007 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	17.343,00	0,02
Objetivo: Construir e fazer melhorias no prédio da Secretaria de Educação do município.		
12 361 1009 2009 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - FUNDAMENTAL	321.606,00	0,35
Objetivo: Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.		



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

72

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

05.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	31.594.307,00	34,21
12 368 1009 2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	280.694,00	0,30
Objetivo: Pagar despesas realizadas com ações e projetos para a Educação Básica.		
12 368 1009 2011 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	14.111,00	0,02
Objetivo: Comprar material de consumo para as escolas, que não tenham Conselho, como também efetuar serviços nas mesmas.		
12 361 1009 2012 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (MDE - PNATE)	274.447,00	0,30
Objetivo: Garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes .		
12 361 1009 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR- CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO	217.260,00	0,24
Objetivo: Garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes.		
12 368 1009 2014 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	105.806,00	0,11
Objetivo: Custear despesas de outros programas do FNDE que não estão realcionados.		
12 361 1009 2015 ATIVIDADES DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - MAG 70%	12.667.782,00	13,72
Objetivo: Desenvolvimento das Atividades da Educação Ensino Fundamental- FUNDEB 70%		
12 361 1009 2016 OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - 30%	2.523.450,00	2,73
Objetivo: Desenvolvimento das Atividades da Educação do Ensino Fundamental- FUNDEB 30%		
12 365 1009 2017 ATIVIDADES DO FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL - MAG 70%	4.156.225,00	4,50
Objetivo: Desenvolvimento das Atividades da Educação Infantil - FUNDEB 70%		
12 365 1009 2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - RECURSOS DO MDE	251.152,00	0,27
Objetivo: Custear outras despesas de manutenção da educação infantil e creche, inclusive o pessoal de apoio em efetivo exercício de suas funções, com recursos próprios do MDE.		
12 366 1009 2019 ATIVIDADES DO FUNDEB - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MAG 70%	1.179.856,00	1,28
Objetivo: Desenvolvimento das Atividades da Educação de Jovens e Adultos- FUNDEB 70%		
12 361 1009 2020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.026.141,00	2,19
Objetivo: Manter as Atividades Administrativas da Secretaria de Educação, buscando desenvolver ações para o progresso educacional, implementando e zelando pela qualidade da educação no município.		
12 361 1009 2021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE	439.113,00	0,48
Objetivo: Manter as Atividades do Ensino Fundamental - MDE com a formação do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores.		
12 361 1009 2022 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MONITOR DE TEMPO INTEGRAL - PMTI	92.494,00	0,10
Objetivo: Custear o Programa de Monitor Integral - PMI, nas escolas onde Programa Mais Educação.		
12 366 1009 2023 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA JOVENS E ADULTOS -EJA- FUNDEB 30%	248.661,00	0,27
Objetivo: Desenvolver as atividades de aprendizagem da educação de jovens e adultos, Fundeb 30%.		
12 365 1009 2024 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE- FUNDEB 30%	548.104,00	0,59



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

73

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

05.000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		31.594.307,00	34,21
12 365 1009	2025 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE	Objetivo: Desenvolver as atividades de aprendizagem da educação infantil, Fundeb 30%.	63.566,00	0,07
12 365 1009	2026 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DA - PRÉ-ESCOLA	Objetivo: Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.	62.306,00	0,07
12 366 1009	2027 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EJA	Objetivo: Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.	49.045,00	0,05
06.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		7.216.398,00	7,81
10 301 0001	0010 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA DA SAÚDE COM O INSS	Objetivo: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por contrato de refinanciamento de dívida junto ao INSS da Saúde.	11.561,00	0,01
10 301 1012	1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SAÚDE	Objetivo: Adquirir veículo para atender as necessidades de deslocamento das equipes de saúde.	57.809,00	0,06
10 544 1012	1032 Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água beneficiando diversas famílias nas comunidades através da construção de cisternas e açudes, bem como perfurando e instalação de poços nas comunidades da zona urbana e rural.	245.756,00	0,27
10 512 1012	1033 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Saneamento Básico	Objetivo: Intervenções promovidas nos domicílios, com o objetivo de atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações hidrossanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliar, bem como promover ações de saneamento básico beneficiando diversas famílias com o afastamento e tratamento rápido e seguro dos esgotos e disposição sanitariamente adequadas, sejam através de fossas ou sistemas de redes coletoras	122.878,00	0,13
10 303 1012	1034 Implantação Melhoria Habitacional	Objetivo: Promover condições habitacionais para população em situação de vulnerabilidade social para o combate da doença de chagas, contribuindo para a melhoria do ambiente domiciliar urbano ou rural, substituindo habitações do tipo taipa onde o vetor da doença se hospeda e reproduz, por casas de alvenaria, em diversas localidades.	122.878,00	0,13
10 301 1012	2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	Objetivo: Manter as ações administrativas desenvolvidas junto a Secretaria de Saúde.	6.655.516,00	7,21
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		21.741.414,00	23,54



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

74

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

	Dotação Orçamentária	%
--	-------------------------	---

06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.741.414,00	23,54
10 301 1012 1009 BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	1.481.677,00	1,60
Objetivo: Estruturar a rede de atenção básica através da aquisição de equipamentos diversos do tipo: odontológico, hospitalar, gabinete odontológico, veículos (ambulância e outros), mobiliário em geral e outros equipamentos necessários para um bom funcionamento de rede de atenção básica da saúde do município; construir, reformar, ampliar UBS, Academias de Saúde(com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física de lazer e modos de vida saudáveis); ampliar, reformar, construir, prédios públicos da saúde com a finalidade de promover e melhorar o atendimento à população através de ações que envolvam os programas do NASF, SB, SF,PREVINE e outros, na sede do município e zona rural, afim de prevenir doenças e reabilitar os enfermos, visando o bom funcionamento de rede de atenção básica da saúde do município;		
10 302 1012 1010 BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1.752.086,00	1,90
Objetivo: Estruturar as Unidades de Atenção Especializada em Saúde da MAC, através de construção (a exemplo da construção de unidades do CAPS, construção do CER), recuperação, reforma, aquisição de equipamentos diversos, mobiliário em geral, etc., para tender aos programas CAPS, SAMU, CEO, Melhor em Casa, CER entre outros, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde como: procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, cirurgias ambulatoriais especializadas; procedimentos traumato-ortopédico; ações especializadas em odontologia, patologia clínica, anatomiopatologia e citopatologia, radiodiagnóstico, exames ultrassonográficos, diagnose, fisioterapia, terapias especializadas, próteses e órteses, anestesia), entre outras melhorias, objetivando o melhoramento de atendimento à população local.		
10 303 1012 2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - RECURSOS	144.118,00	0,16
Objetivo: Promover o acesso da população a medicamentos e a insumos estratégicos necessários para manutenção dos serviços de saúde no município.		
10 301 1012 2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS DO SUS	243.544,00	0,26
Objetivo: Gerenciar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações, promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito da atenção básica.		
10 301 1012 2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - RECURSOS PRÓPRIOS	1.330.820,00	1,44
Objetivo: Manter os Serviços de Atenção Primária de Saúde, aplicando recursos do município em ações que contribuam para eficientizar a saúde municipal.		
10 302 1012 2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA-MAC - SUS - CEO- CAPS-	5.139.687,00	5,56
Objetivo: Manter as ações da Atenção Especializada- CEO, CAPS, CER, SAMU, UPA, Melhor em Casa, Laboratório de Análises Clínicas, Policlínica, entre outros, que compreende um conjunto de ações e serviços ambulatoriais e hospitalares que visam atender os principais problemas de saúde da população, cuja prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico		
10 302 1012 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA-MAC - RECURSOS	1.098.776,00	1,19
Objetivo: Pagar despesas excedentes realizadas pelos programas de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recursos próprios do FUS.		
10 304 1012 2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS	225.467,00	0,24
Objetivo: Aplicar recursos do município para Implementar e fortalecer a gestão de vigilância em saúde com o objetivo de prevenir e controlar as doenças infectocontagiosas, adotando um conjunto de ações queproporcione o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de se recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.		
10 305 1012 2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - SUS	304.856,00	0,33
Objetivo: Implementar e fortalecer a gestão de vigilância em saúde com o objetivo de prevenir e controlar as doenças infectocontagiosas, adotando um conjunto de ações que proporcione o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de se recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.		
10 301 1012 2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - SUS- NAS- PREVINE- SAUDE	9.338.307,00	10,11



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

75

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.741.414,00	23,54
Objetivo: Manter a Atenção Primária com a missão de trazer a saúde para perto do cidadão e dar ao profissional a especialização necessária a fim de que ele possa exercer seu trabalho com mais qualidade na promoção da saúde e na qualidade de vida do cidadão, junto aos programas NAS, PREVINE BRASIL, SF, Academia de Saúde, ACS, Saúde Bucal, entre outros			
10 301 1012 2037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS	82.551,00	0,09
Objetivo: Atender financeiramente ao programa mais médicos.			
10 301 1012 2038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA MÉDICA	302.339,00	0,33
Objetivo: Custear incentivos, através de bolsa, para a formação de especialidades e áreas de atuação em regiões prioritárias.			
10 303 1012 2039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - SUS	193.266,00	0,21
Objetivo: Promover o acesso da população a medicamentos e a insumos estratégicos necessários para manutenção dos serviços de saúde no município.			
10 302 1012 2040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EMERGENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	103.920,00	0,11
Objetivo: COMBATER O COVID-19.			
07.000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4.725.295,00	5,12
17 511 1013 1011	IMPLANTAÇÃO E/OU MELHORIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA ZONA RURAL	451.532,00	0,49
Objetivo: Implantar e/ou recuperação de sistema de abastecimento d'água, bem como perfuração de poços na zona rural do município.			
18 544 1013 1012	CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE AÇUDES, BARRAGENS E POÇOS	34.685,00	0,04
Objetivo: Construir e fazer melhorias em açudes, barragens e poços do município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.			
18 544 1013 1013	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE POÇOS, CISTERNAS E TANQUES DE PEDRA	35.628,00	0,04
Objetivo: Perfurar, instalar, construir e recuperar poços, cisternas e tanques de pedra.			
20 605 1013 1014	CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA DE MERCADO PÚBLICO	939.174,00	1,02
Objetivo: Construir e/ou ampliar e re recuperar Mercado Público Municipal para comercialização de produtos do município.			
26 782 1013 1015	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	236.937,00	0,26
Objetivo: Construir estradas vicinais do município.			
26 782 1013 1016	CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PONTE E PASSAGEM MOLHADA	285.752,00	0,31
Objetivo: Construir e melhorar pontes bem como passagem molhada, no município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.			
20 606 1013 1017	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	627.114,00	0,68
Objetivo: Aqquirir patrulha mecanizada, bem como tratores e outros equipamentos para estímulo e desenvolvimento da agricultura.			
20 692 1013 1018	CONSTRUÇÃO DA FEIRA, CURRAL DE GADO	369.306,00	0,40
Objetivo: Construir área para comercialização, no município, de animais.			
04 122 2001 2041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.665.391,00	1,80
Objetivo: Atender despesas com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente,inclusive, os gastos com o servidor público em efetivo exercício de suas funções.			
20 606 1013 2042	APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	16.187,00	0,02
Objetivo: Atender despesas com ações de apoio ao pequeno produtor rural como: corte de terra, insumos, defensivos agrícolas, assistência técnica, sementes selecionadas entre outros.			



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

76

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

07.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4.725.295,00	5,12
26 782 1013 2043 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	63.589,00	0,07

Objetivo: Atender despesas com a manutenção das estradas vicinais do município, conforme demanda do Orçamento Participativo.

08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	768.767,00	0,83
08 244 1014 1019 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	17.343,00	0,02

Objetivo: Construir e fazer menlhoria no Centro de Convivência do Idosos.

08 244 1014 1020 IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSIST. SOCIAL - CRAS	17.343,00	0,02
--	-----------	------

Objetivo: Pagar despesas com construção, reforma e ampliação do Centro de Referência de assistênciia Social - CRAS.

08 244 1014 1021 CONSTRUÇAO MELHORIA DO CENTRO DE REFER. ESPECIALIZADA DE ASSIST. SOCIAL-CREAS	17.343,00	0,02
--	-----------	------

Objetivo: Construir, ampliar ou reformar o Centro de Referência Especializada de Assistênciia Social - CREAS.

04 122 1014 2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	493.879,00	0,53
---	------------	------

Objetivo: Custear as despesas realizadas pela Secretaria de Ação Social, inclusive com pessoal em exercício de suas funções.

08 244 1014 2045 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL	55.496,00	0,06
---	-----------	------

Objetivo: Custear o Programa Municipal de Bolsa Família, atendendo as famílias pobres lhes dando o direito á alimentação, à educação e à saúde, promovendo sua inclusão social

14 244 1014 2046 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE SOCIAL	30.062,00	0,03
---	-----------	------

Objetivo: Atender despesas das atividades dos Conselhos da Secretaria de Ação social: Conselho de Assistênciia social do Município, Conselho da Mulher e/ou outros.

08 243 1014 2047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	119.957,00	0,13
--	------------	------

Objetivo: Manter as atividades do Conselho Tutelar, bem como, de cursos de capacitação dos conselheiros para melhor desempenho de suas funções.

08 244 1014 2048 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	17.344,00	0,02
--	-----------	------

Objetivo: Custear ações que garantam práticas alimentares saudáveis e valorizem a produção e consumo de alimentos de baixo custo e alto valor nutricional.

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	1.559.274,00	1,69
08 244 1014 1022 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL - CRAS, CREAS E AFINS	31.217,00	0,03

Objetivo: Estruturar a infraestrutura da rede municipal de proteção social básica por meio de ampliação, reforma, e aquisição de equipamentos, de modo a se adequar aos parâmetros exigidos pela LOAS.

08 244 1014 2049 BENEFÍCIOS EVENTUAIS - INSTITUÍDOS NA LOAS E REGULAMENTADOS P/ LEI MU	141.411,00	0,15
--	------------	------

Objetivo: Assistir famílias e ou/indivíduos necessitado, através de benefícios de caráter suplementar provisório, instituídos pela LOAS e regulamentados em Lei Municipal, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública

08 244 1014 2050 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	187.055,00	0,20
---	------------	------

Objetivo: Custear ações que promovam o desenvolvimento integral de crianças na primenra infânciia.

08 244 1014 2051 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF/PAIF/SCFV	184.247,00	0,20
--	------------	------

Objetivo: Manterserviços, programmas projetos e benefícios da assist~encia social, de forma integrada, no âmbito do PAIF, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistênciias.



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

77

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

08.001 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	1.559.274,00	1,69
08 244 1014 2052 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS - IGD SUAS E IGD PAB	6.362,00	0,01
Objetivo: Qualificar com recursos do IGDPBF e do IGD-SUAS a atuação dos conselheiros municipais , dotando o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS- de infraestrutura adequada e apoio técnico.		
08 244 1014 2053 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	89.723,00	0,10
Objetivo: Custear serviços socioassistenciais de enfrentamento à violência, ao abuso e exploração sexual a crianças e adolescentes, nos CREAS.		
08 244 1014 2054 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BOLSA FAMILIA	130.469,00	0,14
Objetivo: Garantir a atualização de todas as famílias cadastradas, campanhas de divulgação, envio de correspondencia solicitando atualização de dados de trabalho em conjunto com o CRAS e CREAS, mantendo atualizadas a informações cadastrais das famílias no CADÚNICO.		
08 244 1014 2055 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS	421.978,00	0,46
Objetivo: Manter outros programas do FNAS que não se enquadram nos ítems anteriores.		
08 244 1014 2056 COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROG. E PROJETOS DE GESTÃO DO SUAS	291.843,00	0,32
Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Assistência Social através de serviços, programas e projetos de gestão do SUAS, com recursos do tesouro municipal, em observância da legislação vigente.		
14 244 1014 2057 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA	11.563,00	0,01
Objetivo: Custear as atividades de proteção à criança e ao adolescente executadas pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.		
08 244 1014 2058 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FEAS - COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS DA	19.653,00	0,02
Objetivo: Promover ações de ampliação a cobertura da rede socioassistencial do município, através de recursos do Fundo a Fundo do Estado - FEAS.		
08 244 1014 2059 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DO SUAS - IGD	32.190,00	0,03
Objetivo: Manter os sistemas municipais de vigilância social, informações sociais, monitoramento e avaliação para o aprimoramento da gestão SUAS.		
08 244 1014 2060 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SIMASE	11.563,00	0,01
Objetivo: Custear as despesas realizadas com atividades desenvolvidas pelo Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo do município.		
09.000 SECRETARIA DE CULTURA	2.339.178,00	2,53
13 392 1016 1023 AMPLIAÇÃO REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL	609.325,00	0,66
Objetivo: Pagar despesas com ampliação reforma e revitalização do Centro Cultural Elba Ramalho e Cine Teatro de Conceição,conforme de demanda do Orçamento Participativo..		
04 122 2001 2061 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	430.396,00	0,47
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Cultura.		
13 392 1016 2062 REALIZAÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS E EVENTOS CULTURAIS	578.252,00	0,63
Objetivo: Custear despesas com projetos culturais, festas tradicionais e outros.		
13 392 1016 2072 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DA CULTURA	721.205,00	0,78
Objetivo: Fomentar as ações que serão desenvolvidas no âmbito da Política Pública ligada ao segmento artístico cultural com dotações orçamentárias ligadas as ações contempladas pela Lei Federal Complementar de nº 195, ALDIR BLANC entre outros.		
10.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	7.457.364,00	8,07



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

78

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

10.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	7.457.364,00	8,07
17 512 1013 1024 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO	172.361,00	0,19
Objetivo: Atender despesas com construção e recuperação de esgotamento sanitário, conforme demanda do orçamento participativo.		
15 451 1013 1025 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	25.980,00	0,03
Objetivo: Adquirir e desapropriar imóvel de interesse público.		
15 451 1013 1026 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORAMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	46.248,00	0,05
Objetivo: Construir, ampliar e reformar prédios públicos municipais.		
15 451 1013 1027 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PRAÇAS E CANTEIROS	353.154,00	0,38
Objetivo: Pagar despesas com construção e melhoria de praças e canteiros públicos do município, conforme demanda do orçamento participativo.		
15 451 1013 1028 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	2.074.700,00	2,25
Objetivo: Atender despesas com calçamento, meio-fio, drenagem e asfalto de vias públicas, conforme demanda do Orçamento Participativo.		
18 541 1013 1031 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR	220.181,00	0,24
Objetivo: Aquisição de 01 (um) caminhão compactador de coleta convencional de resíduos sólidos.		
04 122 2001 2063 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.322.052,00	1,43
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Infraestrutura		
15 452 1013 2064 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	1.788.679,00	1,94
Objetivo: Custear despesas com os serviços de limpeza pública e coleta de lixo do município, conforme de demanda do Orçamento Participativo.		
25 752 1013 2065 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO	1.429.336,00	1,55
Objetivo: Pagar despesas realizadas com a iluminação pública do município.		
04 122 1013 2066 CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	24.673,00	0,03
Objetivo: Pagar despesas realizadas com os recursos da CIDE.		
11.000 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE CONCEIÇÃO	396.341,00	0,43
04 782 2001 1029 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO	173.427,00	0,19
Objetivo: Adquirir veículo para a Superintendência Municipal de Trânsito de Conceição - STTRANS.		
04 782 2001 2067 MANUTENÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	222.914,00	0,24
Objetivo: Custear as despesas realizadas com as atividades da Superintendência Municipal de Trânsito.		
12.000 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA	277.459,00	0,30
04 124 2001 2068 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA	277.459,00	0,30
Objetivo: Custear despesas das atividades realizadas pela Secretaria de Controle Interno e Superintendência.		
13.000 SECRETARIA DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER	890.396,00	0,96
27 812 1016 1030 CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE UNIDADES ESPORTIVAS	528.536,00	0,57
Objetivo: Construir e fazer melhorias em quadras esportivas, ginásios esportivos, campo de futebol e outros.		



Prefeitura Municipal de Conceição

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2025

Classificação Institucional Funcinal Programática

Dotação
Orçamentária %

13.000 SECRETARIA DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER	890.396,00	0,96
27 812 2001 2069 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER	361.860,00	0,39
Objetivo: MANTER AS ATIVIDADES DE ESPORTE JUVENTUDE E LAZER.		
14.000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	205.965,00	0,22
15 452 2001 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	205.965,00	0,22
Objetivo: Manter as Atividades de Desenvolvimento Urbano.		
15.000 SECRETARIA DE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA MULHER	188.148,00	0,20
14 422 1014 2073 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DIREITOS E POLITICAS PÚBLICAS DA MULHER	125.795,00	0,14
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Direitos e Políticas Públicas da Mulher, assegurando as mulheres, acesso aos seus direitos, igualdade de gênero, bem como o direito a uma vida com menos violência, e ainda promover e apoiar as campanhas de valorização da Mulher no Município.		
14 422 1014 2074 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	51.961,00	0,06
Objetivo: Manter as ações do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER com competência fiscalizadora e deliberativa nas questões de gênero deste Município e com a finalidade de promover o Plano Municipal, em harmonia com as diretrizes traçadas pelo governo Estadual e Federal, políticas destinadas a assegurar à mulher, participação e conhecimento de seus direitos como cidadã.		
14 422 1014 2075 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - FMDM	10.392,00	0,01
Objetivo: Manter as ações do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, de forma a prover recursos para a implantação de programas, desenvolvimento e manutenção das atividades relacionadas aos direitos da mulher no Município de Conceição - PB.		
99.990 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	791.251,00	0,86
99 999 2001 9901 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	791.251,00	0,86
Objetivo: Atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais.		

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 3 de julho de 2024 as 14:57:40

Total Geral 92.354.949,00

VERTICE CONTABILIDADE
PÚBLICA E EMPRESARIAL
LTDA
CRC PB-000913/0-3

FRANCISCO VILDIMAR
BELMIRO DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

SAMUEL SOARES LAVOR DE
LACERDA
PREFEITO



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/07/2024 às 15:27:15 foi protocolizado o documento sob o Nº 78580/24 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Conceição, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Samuel Soares Lavor de Lacerda.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Estado

Data de Publicação: 20/06/2024

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	458a496d5317b0d041a060e8882e2bad
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	b8734d7ab27a2f0148ad99f64376ba6f
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	0102d635ab16246a15b433a84e25e557
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	a9aaa40dbe357592dd1a187f70f32176
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	56516e8763a3e948f310d9f637ec5a7d
6) Outros Anexos	Sim	5fe28972b7086d0b2da81829bdf41a8e

João Pessoa, 03 de Julho de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI

Departamento de Auditoria da Gestão Municipal II - DEAGM II

Divisão de Auditoria da Gestão Municipal IV - DIAGM IV

Documento nº	78580/24
Subcategoria	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Jurisdicionado	Prefeitura Municipal de Conceição
Responsável	Samuel Soares Lavor de Lacerda
Assunto	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Exercício	2025

LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

1 Introdução

Trata o presente levantamento de verificação sobre aspectos formais dos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício financeiro de 2025 (Doc. TC nº 78580/24) em relação ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na RN-TC nº 07/2004. Ressalta-se que este trabalho não constitui uma análise sobre o conteúdo da norma, limitando-se à existência ou não de dispositivos que integram a estrutura da LDO.

2 Levantamento

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (Lei Municipal nº 784/2024) foi enviada a esta Corte de Contas em 03 de julho de 2024. A Tabela 1 apresenta os itens verificados e respectivas respostas.

Tabela 1: Levantamento de informações

Item de verificação	Resposta
2.1. Texto da lei?	SIM
2.2. Comprovação de publicação no órgão oficial de imprensa do Ente?	SIM
2.3. Prova de realização de audiência pública durante o correspondente processo legislativo?	SIM

Tabela 1: Levantamento de informações (continuação)

Item de verificação	Resposta
2.4. Metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício a que se refere?	SIM
2.5. Normas para elaboração do orçamento definindo estrutura, conteúdo e anexos da LOA?	SIM
2.6. Regras sobre os efeitos de alterações na legislação tributária?	SIM
2.7. Equilíbrio entre receitas e despesas?	SIM
2.8. Repasses de duodécimos para os poderes e/ou órgãos dotados de autonomia orçamentária nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município ou normas especiais?	NÃO
2.9. Critérios e forma de limitação de empenho?	SIM
2.10. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos orçamentários?	SIM
2.11. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	SIM
2.12. Condições e exigências para transferências de recursos para pessoas físicas?	SIM
2.13. Reserva de contingência?	SIM
2.14. Autorização para "concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público"?	NÃO
2.15. Normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impostivas ou não?	NÃO
2.16. Definição de "despesa considerada irrelevante" para os fins do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?	NÃO
2.17. Regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro?	NÃO
2.18. Anexo de Metas Fiscais?	SIM
2.19. Anexo de Riscos Fiscais?	SIM

^a Fonte: Tramita

3 Constatações

Com base no levantamento realizado, conclui-se pela existência da(s) seguinte(s) inconformidade(s):

4 CONCLUSÃO

Item	Inconformidade
3.1	Ausência de dispositivo sobre repasses de duodécimos para os poderes e/ou órgãos dotados de autonomia orçamentária nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município ou normas especiais
3.2	Ausência de dispositivo sobre autorização para "concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público"
3.3	Ausência de normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não
3.4	Ausência de dispositivo com a definição de "despesa considerada irrelevante" para os fins do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
3.5	Ausência de regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro

4 Conclusão

Conclui-se, portanto, que resta(m) evidenciada(s) a(s) seguinte(s) constatação(ões):

- 1) Ausência de dispositivo sobre repasses de duodécimos para os poderes e/ou órgãos dotados de autonomia orçamentária nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município ou normas especiais (Art. 4º, inciso I, alínea f da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF) ;
- 2) Ausência de dispositivo sobre autorização para "concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público" (Art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal) ;
- 3) Ausência de normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não (Art. 166, § 3º, inciso I da Constituição Federal) ;
- 4) Ausência de dispositivo com a definição de "despesa considerada irrelevante" para os fins do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (Art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF) ;
- 5) Ausência de regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro (Art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF c/c art. 32, caput, da Lei nº

4 CONCLUSÃO

4.320/64) .

Assinado em 12 de Dezembro de 2024



Assinado Eletronicamente

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -
RN-TC nº 07/2024

Emmanuel Teixeira Burity
Mat. 3702936
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 11 de Dezembro de 2024



Assinado Eletronicamente

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -
RN-TC nº 07/2024

Rômulo Soares Almeida Araujo
Mat. 3705692
CHEFE DE DEPARTAMENTO